

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA

BELONICE DA SILVEIRA

**A INTER-RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO
CAMPO: um olhar para as pesquisas contemporâneas**

Jaguari

2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

BELONICE DA SILVEIRA

**A INTER-RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO
CAMPO: um olhar para as pesquisas contemporâneas**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao
curso de Especialização
em Educação do Campo e
Agroecologia do Instituto
Federal Farroupilha
Campus Jaguari – RS
como requisito para
obtenção do título de
Especialista em Educação
do Campo e Agroecologia.

Orientadora: Josete Cardoso

Jaguari
2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

A orientadora, Prof^a. Josete Cardoso e a pós-graduanda Belonice da Silveira, abaixo assinados, científica do teor do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia

A INTER-RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: um olhar para as pesquisas contemporâneas

Elaborado por
Belonice da Silveira

como requisito para a obtenção do título de
Especialista em Educação do Campo e Agroecologia

Josete Cardoso
(Orientadora)

Belonice da Silveira
(Estudante)

Jaguari
2020

A INTER-RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: um olhar para as pesquisas contemporâneas

Belonice da Silveira¹

Josete Cardoso²

Resumo

As reflexões que apresentamos neste texto decorrem do estudo realizado, no âmbito da pós graduação em Educação do Campo e Agroecologia, *campus* Jaguari, do IFFAR - RS. O objetivo norteador deste Trabalho de Conclusão de Curso foi conhecer os enfoques das pesquisas contemporâneas que inter-relacionam a Educação Infantil e Educação do Campo, problematizando, na produção bibliográfica, o que tem sido pesquisado e publicado sobre essas temáticas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica no domínio da Plataforma SciELO e da Revista Brasileira de Educação do Campo a partir das palavras-chaves: Educação Infantil + Educação do Campo. As obras filtradas encontram-se nos anos de 2016 e 2017, muito embora, a pesquisa tenha ocorrido no tempo de vigência da Educação do campo (1999-2019). Após a busca e leitura das obras foram identificadas seis inscrições, as quais apresentavam a inter-relação da Educação Infantil e Educação do Campo. Essas obras passaram pelo fichamento e reconhecimento das ideias sob análise discursiva. Destaca-se o número restrito de pesquisas que inter-relacionem EI e EdoCampo. Os poucos trabalhos científicos encontrados apontam mais problemas do que sucessos, o que explicita a não materialização dessa oferta, logo, desse direito às crianças em seus territórios de pertencimento. Descortina-se as contradições vivenciadas no território brasileiro ao que se refere à oferta da Educação Infantil do Campo, o não atendimento das orientações legais, bem como apontamento de precariedade na oferta. Acreditamos que a ação de conhecer e socializar o conteúdo das obras é provocativo com relação ao ideário de que essas muitas crianças sejam plenamente reconhecidas como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Infantil do Campo. Pesquisa Bibliográfica.

¹ Acadêmica do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* Jaguari. E-mail: belonicefefafra@gmail.com

² Professora Orientadora, da área de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* Jaguari. E-mail: josete.cardoso@iffarroupilha.edu.br

1 Introdução

A investigação que ora socializamos neste artigo, buscou identificar aspectos da produção veiculada em periódicos nacionais, a qual abordasse a temática envolvendo, simultaneamente, Educação Infantil (EI) e a Educação do Campo (EdoCampo).³ A observação da relação entre EI e EdoCampo nasce, à medida que se considerou pertinente a verificação de sua materialidade, em virtude de ambas terem suas origens ligadas aos movimentos sociais, segundo Gohn (1985, p.12), estes movimentos constituíram-se em “práticas coletivas desenvolvidas pelas classes populares”.

Ao visitar o histórico da EI, consideramos ser pertinente destacar sua expansão a partir das reivindicativas dos movimentos sociais no país, em 1988, os quais iniciaram significativa pressão popular pela ampliação das vagas nas denominadas creches. Paralelamente, essa instituição passou a ser reivindicada como direito não só da criança, mas também da mulher trabalhadora. Logo, observa-se que tal conquista não se deu, apenas, pelas reivindicativas sociais dos trabalhadores, mas significou, também, o atendimento às exigências do capital, como vemos no relato de Muniz, Bacha e Pinto (2015, p.83) “no Brasil, o aumento da participação feminina no trabalho ocorreu na década de 1970, quando era notável a expansão da economia, da urbanização e da industrialização”.

E é dentro deste contexto controverso, que as instituições acolhedoras de crianças passaram por uma mudança de identidade, transmutando-se de um caráter assistencialista a uma dimensão educacional. Como afirmativa, a Constituição Federal de 1988 determinou a creche e a pré-escola como instituições educacionais e não assistenciais. O Art. 208 da Constituição Federal de 1988, aponta que é dever do Estado garantir a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, como descrito no Inciso IV (BRASIL, 1988). Destaca-se, na contemporaneidade, o marco histórico que foi a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, em especial as

³ As presentes siglas serão utilizadas no decorrer de todo o trabalho para identificar os respectivos termos.

alterações dos incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, os quais passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2009)

Ainda sobre a Educação Infantil, é importante ressaltar que, em meados dos anos 90, começa haver uma ressignificação da concepção do ser criança. Inicia-se o ideário de que a criança se constitui de um ser sócio-histórico, e que a aprendizagem se dá por suas interações com o entorno social. Essa perspectiva sócio-interacionista defendida por Vigotsky, preconiza que a criança é um sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002).

Tal ideário fomenta o surgimento de importantes leis, as quais nascem com a finalidade de garantir o direito das crianças. Tomemos como exemplo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96.

No caso da Educação do Campo, seu nascedouro é atribuído ao esforço coletivo dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, os quais, por sua vez, dão início à luta por educação pública no campo. Com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ao final da década de 90, intensificou-se a reivindicativa por uma educação comprometida com as especificidades dos sujeitos que vivem da/na terra. Tais manifestações, relacionam-se à denúncia de uma educação precarizada no contexto do campo, além disso, configura-se em um reclame por políticas públicas para o campo.

Ao problematizar o direito à educação para a população campestre, considera-se importante ressaltar que, além da precariedade das estruturas escolares e dos muitos problemas vividos, temos a realidade do analfabetismo, já que dos 8,5% de analfabetos do país, 20,8% deles encontram-se em áreas rurais (IBGE, 2013). Embora tenhamos um repertório de leis que asseguram o direito à educação às crianças brasileiras, considera-se importante lembrar, que dados do IBGE 2018, nos mostram a não efetivação dessa universalidade. Mesmo que o Plano Nacional de Educação (PNE) previsse a universalização da Educação Infantil até o ano de 2016, em 2018, no entanto, nenhuma Grande Região havia cumprido a universalização da pré-escola.

A educação é considerada como uma das principais ferramentas de transformação da sociedade, é responsável também, pela constituição dos sujeitos, logo, é imprescindível, independentemente do nível, efetivar-se uma educação capaz de alcançar todos os indivíduos de forma eficiente. Ao tratarmos, em especial, da educação infantil brasileira, no contexto campo, apesar de que embora os direitos dessas crianças e famílias estejam assegurados pelas legislações e jurisprudências, ainda pode ser considerado um território desconhecido e desvalorizado no Brasil. Nesse sentido, acredita-se ser imprescindível discutir as especificidades, sua importância e influência no desenvolvimento infantil, bem como na formação para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania.

A investigação justifica-se, em especial, pela motivação e interesse pessoal das pesquisadoras, uma vez que orientanda, acadêmica do curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, também possui graduação em Pedagogia e graduação em Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza (LEdoC Ciências da Natureza), e orientadora atuar na LedoC, ambas mantêm estreita relação com a EdoCampo. Fatores estes, que nos incutiram suficientes embasamentos e despertaram-nos para a necessidade de tornar visível a materialidade do direito à Educação Infantil, em especial, a Educação Infantil dos sujeitos do campo. Acreditamos que descortinar o que já se tem de conhecimentos nos aspectos da produção veiculada em periódicos científicos nacionais, os quais abordam temáticas envolvendo a inter-relação entre a Educação Infantil e a Educação do Campo corrobora com a construção de uma educação de qualidade.

Acredita-se que muitos foram os embates, desafios, pesquisas, estratégias e produções realizadas por ambas as modalidades educacionais, logo, conhecer os aspectos que as interligam contribui no sentido de dar visibilidade às questões educativas que envolvem a EI e a EdoCampo. A pesquisa, pode ser utilizada para evidenciar a realidade que a EdoCampo enfrenta no que se refere à oferta de EI, além disso, dá voz às problemáticas enfrentadas por ambas as modalidades. Poderá ainda, constituir-se em repositório de estudos para uso comum e livre consulta, em confirmação ou não ideias sobre a temática, identificação de experiências inovadoras e contribuir na

constituição do campo teórico da área de estudo, fortalecendo ainda mais a luta pelo direito à educação.

O trabalho, além de destacar as semelhanças e particularidades que podem ser encontradas nessas duas esferas da educação, pode configurar-se em momento oportuno para levantar discussões visando a melhoria do ensino. Já que na atualidade brasileira, vivenciamos a possibilidade de uma reformulação educacional a partir da discussão e reorganização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Positivamente destaca-se o fato de vivenciarmos a possibilidade de rediscussão da educação brasileira, com a proposta governamental, que tem por objetivo nortear o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, as quais todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Visando que todos os estudantes tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com os preceitos do Plano Nacional de Educação.

Entretanto, no que se refere ao aspecto negativo dessa reformulação, destacamos que, embora tenha sido fomentada a participação dos sujeitos envolvidos (gestores, professores, alunos e comunidades escolares), considera-se difícil contemplar as reais necessidades e especificidades dos contextos educacionais brasileiros, como é o caso da própria EdoCampo. Ressalta-se que do mesmo modo que a BNCC visa ampliar os conhecimentos dos educandos ao mesmo tempo suas políticas também tornam opcionais o ensino de algumas disciplinas, como: filosofia, sociologia, artes e educação física; deixando assim de apresentar uma vasta variedade de conhecimentos culturais aos seus discentes.

Sem o diálogo necessário, corre-se o risco de não termos nenhuma garantia de que documentos construídos em gabinetes, os quais, enfatizam conteúdos e não pressupostos educativos, com pouca participação da sociedade não sejam encampados pelos servidores públicos (SILVA e LUZ, 2017). Cabe aqui dizer que o docente que for atuar nestes espaços da Edocampo, uma vez estando preparado para trabalhar com a realidade ali posta, poderá realizar a sua práxis tendo como base as diretrizes da Edocampo. Sabe-se que será um trabalho árduo, pois as escolas do e no campo não recebem as devidas

condições para que se efetive uma EdoCampo com a mesma qualidade que as escolas urbanas.

Portanto, se faz urgente pesquisas que demonstrem se essas diretrizes estão sendo ou não cumpridas, de qual forma acontecem. É essencial perceber nos trabalhos científicos, especialmente do século XXI, como a EI e EdoCampo se comportam conjuntamente e se estão trabalhando de forma eficiente. Com os trabalhos científicos observados e estudados, será possível relatar como as pesquisas estão abordando essa temática.

O problema de pesquisa apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso tratou-se de um estudo bibliográfico, o qual buscou identificar o que foi produzido de conhecimentos e informações pela comunidade científica sobre a temática durante os últimos vinte anos, período de vigência da EdoCampo. O objetivo que permeou a pesquisa bibliográfica foi o de conhecer os enfoques das pesquisas contemporâneas que inter-relacionam a EI e EdoCampo, de forma a problematizar na produção bibliográfica o que tem sido pesquisado e publicado sobre as relações entre EI e EdoCampo. Também foi possível conhecer as abordagens, assim como mapear os principais achados investigativos das mesmas.

Esse artigo está dividido em cinco (5) seções: 1 Introdução, 2 Revisão teórica, 3 Metodologia, 4 Resultados e discussão e 5 Considerações finais.

2 Revisão teórica

A educação de forma geral mais do que nunca precisa estar à disposição de toda a população brasileira, é direito de todo e qualquer sujeito o acesso a essa ferramenta de construção e emancipação humana. Essa percepção é defendida por Souza (2008, p. 1090) ao explicitar o fato de que:

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação.

Tendo em vista o entendimento de que camponês e a população que sobrevive em meio rural não mais é caracterizada e definida pelo princípio de povo arcaico, ou mesmo atrasado. Souza (2008, p. 1090) menciona que

atualmente existem muitas políticas e programas que visam aperfeiçoar os profissionais da educação os preparando para o exercício nas escolas do campo, pois entende segundo ela que:

[...] a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2008, p. 1090)

Tal ideal também é defendido por Arroyo, Caldart e Molina (2011, p.14, *apud* MACHADO, 2017, p. 18323) quando alegam que:

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo.

Dessa forma, ao abordar a Política Nacional de Educação Infantil do Campo, tem-se automaticamente uma complexa relação entre políticas públicas e a diversidade de infância vividas pelas crianças de 0 a 5 anos que moram em áreas rurais (GTI, 2013). Logo o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado e como primeira etapa da educação básica brasileira passa a exigir diálogo entre inúmeras áreas e profissionais, a fim de que se possa superar a invisibilidade das crianças do campo, seja no acesso, na qualidade do atendimento, ou em relação às suas identidades, bem como no apoio às mulheres do campo em seu exercício da maternidade e dos demais direitos humanos. GTI (2013, p. 6)

Nesse cenário, as políticas públicas devem pensar em uma educação dos sujeitos do campo e não somente para tais indivíduos, isto porque não é suficiente apenas ter escolas no local onde essa população vive, e sim, programas e projetos políticos pedagógicos que se unam à cultura, à luta, aos sonhos e à própria realidade dos povos dos campos (PACHECO, SILVA e PASUCH, 2020). Conforme dados encontrados no decorrer de leituras sobre o tema, a Educação Infantil do Campo origina-se a partir da mobilização histórica dos movimentos sociais contra a situação de exclusão ou desigualdades no atendimento às demandas apresentadas pelos povos que vivem no campo.

Existem diversos órgãos governamentais e não governamentais que lutam para fazer valer os direitos desses povos como cidadãos brasileiros, para que alcancem o direito à educação de qualidade desde à infância (BRASIL, 2018). Como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual não possui um registro legal, e, portanto, trata-se de um movimento social, possui grande papel na contribuição com a oferta da Educação do Campo para inúmeras crianças e jovens. Nas comunidades rurais organizadas pelo MST, de acordo com o setor de educação do Movimento, possuem aproximadamente 120 escolas de ensino médio, 200 escolas de ensino fundamental completo e mais de 1 mil escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, espalhadas em 24 estados (MST, 2019).

Entretanto, dentro desta relação de instituições de ensino não se faz menção à EI, Gonçalves (2012) enfatiza que se faz urgente a investigação sobre a Educação Infantil do Campo, pois constitui-se como uma grande provocação acadêmica, visto que há restritos trabalhos que tenham explorado esta temática no Brasil. Isso torna-se perceptível ao analisar os dados da BNCC, o referido documento apresenta uma unidade direcionada para a Educação Infantil, contudo não faz em momento algum referência à EldoCampo, mesmo que em seu texto enfatize que “(...) a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BRASIL, 2018) ou ainda que cite o artigo quarto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009, apud BRASIL, 2018, p. 37) no qual define-se criança como um ser histórico e de direitos que por meio de suas interações, relações e práticas cotidianas constrói, além da sua identidade, os sentidos sobre natureza e sociedade de modo que produza-se cultura.

A Lei nº 9.394, de 1996, que determina e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional abrange a educação da população rural apenas em seu artigo 28 no qual sanciona que a:

[...] oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996, Art. 28)

É possível identificar que a nível nacional são realizados poucos direcionamentos quanto ao sistema educacional e às adequações que devem ser feitas, bem como quais objetivos devem ser contemplados pela EldoCampo. Quanto à referida temática na Constituição Federal também não consta nenhum artigo ou inciso com enfoque específico para os ensinamentos e aprendizagens dos educandos que compõem a população rural, embora no artigo 205 (BRASIL, 1988) encontre-se determinado que a educação é um dever do Estado e da família, considerada um direito de todos, que deve ser promovida e incentivada em regime colaborativo com a sociedade visando o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação e qualificação para exercer sua cidadania e trabalhar. Mesmo que o artigo 208, inciso IV e VII, apresente a garantia de educação infantil para discentes de até 5 anos de idade em creches ou escolas, além de programas suplementares que englobam o transporte, a alimentação, distribuição de materiais didáticos e de assistência à saúde.

Ao comparar as concepções nacionais com as estaduais encontra-se no Referencial Curricular Gaúcho um subtítulo exclusivo com enfoque voltado para a Educação do Campo (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 41) no qual menciona que por meio do decreto federal nº 7.352, de 2010, que traz disposições sobre tal assunto e referentes ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), define como populações do campo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e por escola do campo, aquela situada em área rural conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 41)

Por meio do referido documento fica claro que é da União a responsabilidade de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior para aqueles que pertencem à população rural, todavia será executada em

conformidade com o Plano Nacional de Educação tendo União, Estados e Municípios agindo em consonância.

De acordo com esse referencial:

A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1989 é a única da Federação que inscreve a educação do campo/rural no contexto de um projeto estruturador para o conjunto do país. No artigo 217 da Constituição Estadual, é atribuído ao Estado elaborar política para o ensino fundamental e médio de orientação e formação profissional, visando, entre outras finalidades, auxiliar, através do ensino agrícola, na implantação da reforma agrária. (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 42)

Compreendendo quão relevante é, que os estudantes da zona rural consigam estudar em escolas localizadas na área rural devido ao fato de estarem em maior proximidade de casa, fator que facilita no manejo para os pais que, muitas vezes, necessitam acompanhar às crianças pequenas até às instituições de ensino antes de ir para a lavoura trabalhar. Sendo assim, o Plano Estadual de Educação do RS apresenta, segundo o Referencial Curricular Gaúcho (2018, p. 42):

[...] várias estratégias para incentivar a permanência do estudante da zona rural na escola rural; entre elas a construção junto com a comunidade de uma proposta pedagógica voltada à realidade, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências.

O aspecto citado acima sobre considerar o indivíduo como um ser único que possui histórias e vivências é constantemente debatido nos cursos de Pedagogia por se considerar que a aprendizagem se dá de modo complexo, conforme Pereira (2010, p. 114) afirma ao definir que:

O ato de aprender, pela sua complexidade, exige um estudo que ultrapassa as raias da cognição, se encaminha para o afetivo/emocional, mergulha no social, se expande através do cultural, nos deixando perplexos frente a tal diversidade e à característica única que possui cada sujeito.

A autora expondo sua percepção ainda salienta que:

[...] cada sujeito aprende a seu modo, do seu jeito, dentro de um ritmo e tempo próprios, que as intervenções internas e/ou externas são motivações, estímulos que produzem no sujeito uma forma muito especial de aprender. A motivação, ao lado do ato de aprender e desse sujeito aprendente vem engajada ao conhecimento, com a presença de um saber adquirido, de um conteúdo dado, o qual deve ser fonte de prazer em si mesmo e do desejo de cada vez mais se aprender. (PEREIRA, 2010, p. 114)

Logo, o aprendizado é percebido como um acontecimento individual e subjetivo por mais que a interação com o meio e/ou com outras pessoas exerça certa influência na qualidade e na agilidade que a aquisição de conhecimentos acontecerá. Inclusive tal abordagem também é evidenciada por Pereira (2010, p. 117):

Estes fatores, tanto internos como externos, que impõem limites e possibilidades de construção quanto ao ato de aprender e ao sujeito que aprende, podem ser caracterizados como de ordem cultural, cognitiva, social, política, econômica, ligados a um foco sistêmico, o qual, nesse caso, gera a engrenagem da construção do conhecimento.

Essa mesma percepção é evidenciada por Kohl (1993, p. 63, *apud* PEREIRA, 2010, p. 123) ao defender que Vygotsky evidencia no decorrer de seus trabalhos às ideias de reconstrução e reelaboração no qual o indivíduo processa os estímulos sociais e culturais ressignificando o que acontece ao seu redor. Seguindo tal perspectiva ainda é enfatizado que “A constante recriação da cultura por parte de cada um dos seus membros é a base do processo histórico, sempre em transformação, das sociedades humanas.” (KOHL, 1993, p. 63, *apud* PEREIRA, 2010, p. 123)

Percebendo que se faz necessário uma abordagem mais significativa sobre a aprendizagem para a EldoCampo, cabe ressaltar que são poucas as realidades brasileiras intimamente conhecidas pela sociedade, de acordo com Castelli e Boito (2020, p. 8), “os estudos e pesquisas não chegam perto delas, não investigam, não aprendem com elas, as crianças pequenas, filhas de camponeses, os quilombolas, as ribeirinhas, as indígenas, não são conhecidas, quanto mais, reconhecidas”.

Promover o direito dos sujeitos do campo requer um processo de construção intensa de novos conhecimentos. Conforme a ideia de Costa e Feitosa (2019), um esforço coletivo de docentes, gestores e pesquisadores das áreas da Educação Infantil e da Educação do Campo, tendo em vista a complexidade em estruturar esse atendimento, assegurando o equilíbrio entre o direito e as condições efetivas de garanti-lo dentro das redes de ensino.

Logo, acredita-se que os objetivos traçados neste trabalho de conclusão de curso contribuem para o enriquecimento dos conhecimentos sobre como acontece a Educação Infantil do Campo e suas especificidades, no passado, no presente, bem como as perspectivas almeçadas para o futuro. Por fim, cabe dizer

ainda, que é necessária uma reflexão sobre como ocorre a oferta da Educação Infantil na diversidade das populações do campo, tornando imprescindível a tarefa de aprofundamento dos olhares para as comunidades, suas demandas no que se refere à educação de seus filhos e as formas de atendimento que já existem (LIMA e SILVA, 2015).

3. Metodologia

Em busca de trazer à tona e dar visibilidade às produções que inter-relacionam EI e EdoCampo, realizou-se estudo bibliográfico, o qual buscou identificar o que foi produzido de conhecimento e informações pela comunidade científica sobre a temática durante os últimos vinte anos (período de vigência da EdoCampo). Segundo Moresi (2003) o estudo bibliográfico pode ser considerado como:

(...) o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma (MORESI, 2003, p. 10).

A investigação estruturou-se em um conjunto de etapas ordenadas, que visavam abarcar os escritos já publicados no portal da plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online) e as publicações da Revista Brasileira da Educação do Campo, escritos estes, cujo conteúdo fizesse a inter-relação das duas temáticas em estudo, quais foram, Educação Infantil e Educação do Campo. Para a composição amostral definiu-se os seguintes descritores: “educação infantil” + “educação do campo”, no período de vinte (20) anos, abrangeu os anos de 1999 a 2019. A opção pelos dois lócus de pesquisa, deve-se ao fato de a Plataforma SciELO ser uma biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos, e de que a Revista em questão, tem suas produções relacionadas à temática da Educação do Campo.

O passo seguinte, correspondeu a conhecer e categorizar a inter-relação existente entre EI e EdoCampo, ação que se comprometeu com a construção e/ou (re) significação de conhecimentos, uma vez acreditarmos, que a pesquisa sempre colabora com a construção de novos saberes, os quais, por sua vez,

devem estar alicerçados em significativos aportes teóricos, para que não venhamos a perdemo-nos no senso comum.

Para síntese e memorização dos conteúdos, escolheu-se o fichamento dos artigos da Plataforma em questão, bem como da revista. Segundo Francelin (2016, p. 128) “o fichamento é um método de pesquisa e de documentação pessoal, portanto, pode ser realizado de várias maneiras e sua função é de organizar ideias a partir do estudo do material de pesquisa”.

Os tópicos utilizados para fichamento dos artigos foram: Objetivos Gerais, Metodologia, Principais Resultados, Contribuições para o TCC (pesquisa realizada), por fim, uma breve análise das referências utilizadas nos artigos encontrados, pode ser observado o “Quadro Modelo” no Apêndice A. Essas diretrizes possibilitaram uma visão clara e objetiva dos trabalhos encontrados na Plataforma e na Revista. No intuito de melhor explanação dos resultados, quadros explicativos estão sendo utilizados, exemplificando os dados complementares observados.

Em etapa contínua, procedeu-se o fichamento dos trabalhos considerados convenientes aos objetivos estabelecidos por esse Trabalho de Conclusão de Curso. Realizou-se um breve apanhado sobre o que cada artigo levou em consideração, salientando que as obras selecionadas são aquelas que fizeram a correlação entre a Educação Infantil e Educação do Campo, e não foram, portanto, analisados artigos que tratavam de forma isolada as duas temáticas.

Foram utilizados como suporte alguns documentos legais da educação, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (CNE/CEB), o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), bem como documentos legais que subsidiam a política da EldoCampo. Foram resgatadas informações, experiências e conhecimentos acumulados baseados em autores e historiadores do campo da educação.

Por fim, acreditou-se ser possível proceder o desenvolvimento interpretativo de fatos, fenômenos e demais produções socializadas nos dois lócus de pesquisa, os quais inter-relacionam a temática, o que materializa o estado do conhecimento. Lakatos (1991), nos atenta que a pesquisa não precisa iniciar do nível zero. Logo, a ação metodológica contribuiu como um todo para

a descoberta e (re)significação de juízos de valores já manifestados no tocante ao direito à EI na perspectiva da EdoCampo. Ao reunir os métodos, proposições e conclusões da inter-relação da EI e da EdoCampo, assim como proceder análise sobre esses aspectos, materializou a etapa final da presente investigação, a qual caracterizou-se pelo desenvolvimento de múltiplas perspectivas na abordagem da temática.

4 Resultados e discussão

A pesquisa realizada na Plataforma SciELO abrangeu os anos de 1999 até 2019, totalizando vinte (20) anos de trabalhos publicados, com relação a Revista Brasileira de Educação do Campo, a coleta se deu na totalidade de sua existência uma vez que a revista tem atividade desde 2016. Para atingir o objetivo da pesquisa foram utilizadas as palavras-chaves (descritores): Educação Infantil + Educação do Campo. A partir dos resultados apresentados para as palavras-chaves, foram feitas filtragens por ano e obras, as quais fizeram a inter-relação entre EI e EdoCampo, conforme exposto no quadro 1. Salienta-se que foram excluídos toda e qualquer publicação que contemplasse os temas em separado.

ANO	Resultado para: Educação Infantil + Educação do Campo na plataforma SciELO	Artigos que fizeram a inter-relação entre Educação do Campo e Educação Infantil na Revista Brasileira de EdoCampo
2016	-	1
2017	4	1
2018	-	-
2019	-	-
TOTAL	4	2

Quadro 1 - Quantitativo da relação de resultados encontrados pela busca: Educação Infantil + Educação do Campo. Plataforma SciELO (1999-2019) e Revista Brasileira de EdoCampo (2016-2019). Fonte: Elaboração das autoras.

A análise dos dados revela que ainda há poucos estudos que realizem a conexão entre EI e EdoCampo. Acredita-se que o motivo seja por ser uma

temática recente, mesmo assim, percebe-se que reflexões e inquietudes já estejam se manifestando o que consideramos como positivo no contexto espaço/tempo educacional. Foram encontrados seis (6) artigos que trabalham a interface educacional em questão. No quadro 2 estão materializados os resultados encontrados, está organizado por ano, local de publicação e título da obra. Pode-se visualizar que no ano de dois mil e dezessete (2017), houve um interesse maior por essa área de pesquisa, número ainda muito reduzido se levarmos em consideração a importância dos aspectos que envolvem a EI na EldoCampo.

Ano de publicação	Local de publicação	Título da obra
2017	Scielo	Educação Infantil do Campo e Formação de Professores
2017	Scielo	Memórias e Atualidades da Educação Infantil no assentamento de Vila Nova, Santa Rosa do Sul, Santa Catarina
2017	Scielo	O Currículo Narrativo na Educação Infantil das crianças do campo: reflexões para um diálogo pedagógico
2017	Scielo	Educação Infantil e Famílias Residentes em Áreas Rurais: demandas e concepções em dois municípios do Brasil
2017	Revista Brasileira de EdoCampo	Educação infantil no campo e os avanços no aspecto legal: reconhecimento da educação como direito social para as crianças camponesas
2016	Revista Brasileira de Edocampo	Educação infantil do campo: um estudo no município de Chopinzinho/PR

Quadro 2 - Ano, local de publicação e títulos referentes às obras que fizeram a inter-relação entre Educação Infantil e Educação do Campo. Plataforma SciELO (1999-2019) e Revista Brasileira de EdoCampo (2016-2019). Fonte: Elaborado pelas autoras.

O lócus de pesquisa, qual seja, plataforma SciELO caracterizada por ser uma fonte de pesquisa confiável e um dos maiores meios de busca e pesquisa científicas, e na Revista Brasileira da Educação do Campo, por reunir estudos

estritamente sobre Eldocampo, materializam o contexto investigativo. A explanação dos dados está respectivamente de acordo com o quadro 2.

Os quatro primeiros artigos pertencem a Plataforma SciELO, este meio de informação aborda coleções selecionadas de periódicos científicos brasileiros, essa biblioteca tem como propósito o desenvolvimento comum de metodologia para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico (SciELO Brasil, 2020). Por estar consolidada há muitos anos possui, no geral, um número maior de arquivos/trabalhos encontrados, neste caso desde o ano de dois mil (2000) até dois mil e dezenove (2019).

O primeiro artigo intitulado “Educação Infantil do Campo e Formação de Professores” (VIEIRA e CÔCO, 2017), teve por objetivo central compreender como se efetiva a formação continuada dos educadores atuantes dos assentamentos do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para isso foi utilizado o tipo de pesquisa qualitativa exploratória com aplicação de questionário, realização de dois encontros anuais dos educadores da reforma agrária, rodas de conversa, encaminhamento de entrevistas semiestruturadas e observação do contexto de uma instituição de Educação Infantil do Campo (EIC) (VIEIRA e CÔCO, 2017).

O trabalho foi realizado em um estado da região sudeste do Brasil, com noventa e oito (98) professores, sendo quatorze (14) deles atuantes da EIC (VIEIRA e CÔCO, 2017). Os principais resultados relatados foram que há carência de fortalecimento entre as ações do MST e as responsabilidades que os municípios devem ter no encaminhamento das ações formativas dos educadores envolvidos com a EIC. O trabalho identificou ainda, que a maioria desses professores sentem afinidade por seu trabalho e são defensores da Educação Infantil do/no Campo (VIEIRA e CÔCO, 2017).

A segunda obra denominada “Memórias e Atualidades da Educação Infantil no assentamento de Vila Nova, Santa Rosa do Sul, Santa Catarina”, teve como alvo entender a Educação Infantil na comunidade pertencente ao assentamento rural de Vila Nova, percebendo o contexto histórico e social. As metodologias utilizadas para alcançar essa meta foram revisões bibliográficas e entrevistas com profissionais da educação, moradores e agentes comunitários (SILVA e FRANZONI, 2017).

Os dados que sobressaíram nessa obra foram de que há uma grande desigualdade entre as escolas destinadas aos bebês e as crianças no contexto urbano e rural, uma vez que aponta um reduzido número de escolas que ofertam esse tipo de educação, em especial no meio rural. As que existem possuem pouca qualidade em seu currículo e infraestrutura, o transporte das crianças acaba por ser ineficiente, especialmente as Escolas do Campo enfrentam o imprevisto e a falta gritante de estrutura (SILVA e FRANZONI, 2017). A prefeitura municipal propôs a transferência desses alunos para as escolas urbanas, evidentemente negando o apoio e investimento na Educação do Campo, portanto, não investindo na estrutura escolar do assentamento observado (SILVA e FRANZONI, 2017).

A terceira pesquisa com o título de “O Currículo Narrativo na Educação Infantil das crianças do campo: reflexões para um diálogo pedagógico”, buscou aproximar as concepções de currículo narrativo e Educação Infantil do Campo, em que propôs um diálogo em torno de bebês e das crianças pequenas residentes em áreas rurais do Brasil, a metodologia que possibilitou a construção dos resultados foi “Redes de Significações”, a pesquisa realizou então, observação participantes, registros fotográficos, análise do Projeto Político Pedagógico Escolar e entrevistas com trinta e sete (37) pessoas (16 crianças + 12 adultos) (PASUCH e FRANCO, 2017). Os dados em destaque foram de que um número restrito de crianças frequentam creches e pré-escolas, muitas propostas destinadas à Educação do Campo são forjadas fora do espaço de produção da vida das pessoas, não respeitando as especificidades culturais do meio rural, adiciona-se a esse fato que a Educação Infantil do Campo se insere em um amplo movimento de lutas por uma educação que reconheça a participação desses sujeitos (PASUCH e FRANCO, 2017).

No que se trata do Currículo Narrativo, vincula-se tal ao engajamento e a compreensão das crianças sobre o mundo, ancorados em seus percursos de vida, por meio de brincadeiras nos horários que estão na escola, percebe-se seus entendimentos sobre o mundo que as compõem, elas recriam os elementos que as rodeiam de um modo próprio, há um modo social, econômico, político e cultural atualizado no aqui agora da brincadeira infantil que, nesse caso específico, denuncia a sociedade em seus processos produtivos (PASUCH e FRANCO, 2017). Por fim, Pasuch e Franco (2017) salientam que a Educação

Infantil do Campo precisa considerar os modos de vida dos bebês e das crianças pequenas de maneira vinculada à organização de seus mundos de pertencimento.

O quarto e último artigo encontrado na Plataforma SciELO, o qual fazia a inter-relação (EI+EldoCampo) em seu título foi: “Educação Infantil e Famílias Residentes em Áreas Rurais: demandas e concepções em dois municípios do Brasil”. Essa obra traz uma reflexão sobre a EI no Brasil e o direito das crianças e famílias residentes de áreas rurais a educação básica, foram realizados estudos qualitativos em dois municípios, um no estado de Minas Gerais e outro em São Paulo, Município B e Município F (SILVA e LUZ, 2017).

A obra apresentou um apanhado de estudos bibliográficos e análises documentais mostrando as condições de oferta e ponto de vista das famílias dos dois municípios, identificando os dilemas e tensões da implementação da educação institucional de crianças de zero até seis anos residentes do campo (SILVA e LUZ, 2017). Destaca-se a inexistência de vagas para todas as crianças e a exigência do trabalho materno como critério de seleção para o atendimento de bebês e crianças, vale ressaltar que por se tratar de um trabalho que traz à tona reflexões sobre a oferta de educação para as crianças das áreas rurais, faz pouca referência à EldoCampo, o trabalho aponta a imaterialidade do direito à educação. Silva e Luz (2017) relatam ainda, que grande parte das crianças inseridas nesse cotidiano não possuem acesso à EI, ou estão subjugadas a uma educação defasada.

No contexto da Plataforma Scielo, são apresentadas quatro visões diferentes sobre a inter-relação entre a EI e EldoCampo. Na primeira abordagem discorre-se sobre a formação dos professores que fazem parte da EI do Campo, apontando uma dinâmica de disposições mais individuais, parceria entre educadores, constituição de grupos institucionais e empreendimentos coletivos, os quais, mesmo com pouquíssimo investimento do poder público, vêm gerando algumas conquistas. A segunda abordagem traz a visão daqueles que pertencem aos assentamentos, portanto, daqueles que vivenciam a EldoCampo, demonstrando as dificuldades que esbarram no dia a dia para que seja firmado o direito ao acesso à Educação Básica.

A terceira obra compromete-se com a socialização de estratégias metodológicas ao público que a EI do Campo abrange, descreve as questões

sociais, culturais e políticas vivenciadas, trazendo por último a visão das crianças dentro da escola, das possibilidades que a EI do Campo promove a elas, as suas concepções de mundo. Por fim, temos a quarta abordagem encontrada na plataforma Scielo, a qual mostra os dilemas apresentados pela educação ofertada para o público rural, as intempéries enfrentadas, especialmente, pelos sujeitos de zero a seis anos de idade e evidencia-se que é inabitual pensar em um ensino voltado para a realidade que indivíduos pertencem.

As quatro ideias compartilham os mesmos movimentos de lutas para que a Educação Infantil do/no Campo seja efetivada. Os trabalhos de modo geral, constituem a ação de pensar a EI do Campo em seus muitos aspectos, quais sejam, no sujeito criança, suas famílias, seu território, sua escola, seus professores e metodologias, bem como as leis e diretrizes que orientam o processo. Dar visibilidade a aspectos diversos que permeiam a EI do Campo, sejam eles frutíferos ou precários, também configura-se em estratégias para garantir o direito à educação.

A Revista Brasileira de Educação do Campo proporciona a publicação de artigos originais resultantes de pesquisas teóricas e/ou empíricas, artigos especiais de pesquisadores renomados da área, revisões de literatura de pesquisa educacional, Dossiês Temáticos, Ensaios, Entrevistas e Resenhas de temas vinculados à Educação do Campo sob diferentes campos da pesquisa nacional e internacional (RBEC, 2020). A RBEC pertence ao Departamento de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música, da Universidade Federal do Tocantins, *Campus* de Tocantinópolis (RBEC, 2020).

Foi encontrado dois artigos encontrados na Revista Brasileira de Educação do Campo. No âmbito da revista, identifica-se a pouca pesquisa relacionada à temática envolvendo a inter-relação dos eixos de Educação Infantil e Educação do Campo, o que materializa o déficit de interesse em tratar sobre a Educação Infantil das crianças pertencentes ao campo, impossibilitando desta forma, conhecer-se variáveis que com certeza iriam colaborar em sua efetivação.

O artigo intitula-se “Educação infantil no campo e os avanços no aspecto legal: reconhecimento da educação como direito social para as crianças camponês as”, essa obra teve como objetivo central compreender o aporte jurídico que respalda a EI do Campo, especialmente a partir de 1998 (MOREIRA,

ROSA e OLIVEIRA, 2017). A pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico analisando as leis e diretrizes no processo de constituição da EldoCampo a partir dos artefatos jurídicos que orientam a organização desta etapa da Educação Básica (MOREIRA, ROSA e OLIVEIRA, 2017).

Os resultados destacados por Moreira, Rosa e Oliveira (2017), evidenciam um apanhado histórico sobre a EldoCampo e as lutas sociais estabelecidas em afirmação dos direitos dos camponeses, reafirmando que a Educação Infantil para os povos do campo surge da necessidade dos mães/pais terem onde deixar seus filhos para trabalhar. Aponta que Educação Infantil como um todo é negligenciada no Brasil, quando se fala em EldoCampo não é nada alentador e as primeiras iniciativas são recentes, salienta que o Estado se isenta de responsabilidade alegando ser um investimento “desnecessário”, enquanto isso o direito ao acesso à educação de inúmeras crianças é negado ou desleixado (MOREIRA, ROSA e OLIVEIRA, 2017).

A segunda obra encontrada com título “Educação infantil do campo: um estudo no município de Chopinzinho/PR”, analisou a implementação da legislação que conduz a EldoCampo e problematiza o atendimento às crianças na Escola Rural Municipal Mário Bettega, confrontando a legislação com a prática de sua aplicação (COPPE e KNOPF, 2016). Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, a qual analisou a regulamentação da legislação que orienta a Educação Infantil em um contexto escolar específico, a pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa a partir de uma pesquisa de campo, a qual foi registrada com observações em diário de campo, esses dados foram recolhidos durante quatro visitas à Escola Rural Municipal Mário Bettega (COPPE e KNOPF, 2016).

Os resultados apresentados por Coppe e Knopf (2016) corroboram com o que já vem sendo discutido sobre a inter-relação da EI e EldoCampo, qual seja, apresentam afirmações da legislação e diretrizes brasileiras estabelecidas para que as crianças camponesas participem da educação, entretanto, o olhar sobre a prática mostra o contrário. Ressaltam a necessidade desses pequenos sujeitos terem uma educação de acordo com suas realidades e necessidades, assim como os paradigmas da EldoCampo se propõe (COPPE e KNOPF, 2016).

Em relação ao município de Chopinzinho/PR existem seis Escolas do Campo, em todas elas haviam crianças frequentando a EI, sendo que apenas

uma possuía pré-escola, em números significam trezentos e setenta e dois (372) alunos matriculados desses, sessenta e cinco (65) pertencentes a EI (COPPE e KNOFF, 2016). Segundo Coppe e Knopf (2016), os documentos que norteiam a EldoCampo de Chopinzinho/PR são: Diretrizes Curriculares para Educação Infantil Brasil, 2010) e as três edições do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. A formação dos professores para atuarem na EldoCampo é incompleta e ignorada. Aponta ainda, precária infraestrutura das escolas, bem como do transporte destinado à essas crianças. Inclusive descobriu-se que os documentos utilizados pelas escolas confundem os termos “Educação do Campo” e “Educação Rural”.

No que diz respeito a Escola Rural Municipal Mário Bettega, observa-se que a escola não possuía documentos sobre a EldoCampo, e evidenciou-se que os profissionais envolvidos nesse processo necessitam de formações adequadas e orientações pedagógicas diferenciadas para essa atuação (COPPE e KNOFF, 2016).

Por fim, o Plano Municipal de Educação de Chopinzinho aponta que apenas 19,6% das crianças (0 a 3 anos) frequentam a modalidade de creches, e 86% das crianças (4 a 5 anos) estão matriculados na pré-escola. Seriam necessárias alterações nos horários das aulas para que crianças que utilizam o transporte não cheguem atrasados nas aulas (COPPE e KNOFF, 2016). Portanto, Coppe e Knopf (2016) relatam que a escola em questão não atende as especificidades que a Educação do Campo necessita, há uma distância entre o plano formal e o real na implementação da política educacional do campo neste município.

Pelo número de obras encontradas, no âmbito da Revista Brasileira de Educação do Campo, percebeu-se um certo desinteresse na realização de pesquisas que trabalhem a Educação Infantil em conjunto com a Educação do Campo. Esta comprovação estende-se aos demais lócus de investigação, uma vez que ao realizar buscas no navegador da internet, os resultados são restritos ou nulos.

Os poucos trabalhos científicos encontrados apontam mais problemas do que sucessos no âmbito da Educação Infantil do Campo, o que explicita a não materialização dessa oferta, logo desse direito, aos muitos bebês e crianças em seus territórios de pertencimento. De igual forma, foi possível detectar as

contradições vivenciadas no território brasileiro ao que se refere à oferta da EIC, o não atendimento das orientações legais, bem como apontamento de precariedade na oferta. Nesse sentido, a ação de conhecer e socializar o conteúdo das obras é provocativo com relação ao ideário de que essas muitas crianças sejam plenamente reconhecidas como sujeitos de direitos.

5. Considerações Finais

Em seu processo histórico, tanto a Educação do Campo quanto a Educação Infantil estão atreladas à conjuntura política, econômica e social. Logo, suas lutas e conquistas caminham pelo contexto de constituição, institucionalização e, na atualidade, resistência.

O trabalho investigativo, que ora socializamos, lançou luz à realidade de como se materializa a educação infantil no Brasil no contexto da Educação do Campo. Os poucos trabalhos encontrados descortinam um contexto educacional onde, mesmo que tenhamos a institucionalização de uma educação infantil para o território campo, ainda não podemos afirmar sua materialidade. Fato é, que nas produções encontradas e analisadas foi possível observar a inoperância do Estado em promover a universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica.

Em suas singularidades os trabalhos trazem à tona problemáticas que não são novas, mas sim representativas do que já foi anunciado no passado, tomemos como exemplo a avaliação da educação do campo feita pela 2ª CNEC (2004), a qual já apontava: falta de escolas para atender a todas as crianças e jovens, falta de infraestrutura, existência de adolescentes e jovens fora da escola, docentes sem formação necessária, falta de política de valorização do magistério, falta de apoio às iniciativas de renovação pedagógica, bem como currículos deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos (2ª CNEC, 2004).

Sabemos que a política de Educação do Campo é assunto com poucos anos de estudo, conseqüentemente, o olhar para as questões pertinentes à Educação Infantil do Campo também é recente, o que pode justificar a incipiente materialidade de estudos relacionados à temática. Confirma-se que pouco se conhece sobre como as crianças do campo recebem a primeira etapa da educação básica. A própria legislação brasileira reconhece que “A educação

infantil nas áreas rurais do país carece de professores com formação adequada, de infraestrutura, de uma política que respeite a diversidade do campo e precisa ser mais pesquisada nas universidades” (BRASIL, 2008).

Infelizmente, na atualidade, podemos observar que as políticas públicas da/para Educação do Campo sofrem ataques por parte dos interesses neoliberais. Em um contexto já agravado por carências de ordem secular, vemos direitos desrespeitados como é o caso da Educação Infantil do campo. Os trabalhos analisados descortinam um esforço governamental para que essas crianças sejam redirecionadas para as escolas urbanas, o que simboliza a despreocupação com investimentos em uma educação que atenda às necessidades dos pequenos sujeitos camponeses ainda em construção.

Como alento, consideramos importante trazer o fato de que não são e não serão nulas as ações empreendidas com a finalidade de materializar o direito à educação aos povos do campo. Em seu lócus de atuação, os movimentos sociais reivindicam para o povo do campo seus direitos humanos que, tal qual exposto nos trabalhos, ainda estão longe de serem atendidos de forma íntegra. Além da importância de dar visibilidade aos trabalhos, entendemos que, enquanto corpo científico, as obras que se propõem a trabalhar com as inquietudes sobre a Educação Infantil Campesina auxiliam na construção de conhecimento sobre a temática e permitem ainda, que essas informações e anseios sejam compartilhados e, por vezes, utilizados para embasamento de novas políticas relacionadas à Educação do Campo e à Educação Infantil do Campo.

Entende-se que o desenvolvimento deste trabalho colabora com a materialização do direito à Educação Infantil do Campo. A ação de dar visibilidade às obras discutidas, embora tenha tornado visível a incipiência de pesquisas que inter-relacionem a Educação Infantil e Educação do Campo, também se configurou em um movimento sensibilizador para uma consciência coletiva a respeito do direito à educação. O trabalho também serve como instrumento de consulta e percepção do atual cenário da Educação Infantil do Campo, dessa maneira salienta-se que é fundamental a pesquisa e publicação de estudos relacionados à temática, já que acreditamos que essas ações afirmam absolutamente o lugar de pertencimento do sujeito do campo e seus direitos.

A apreciação de materiais dessa natureza permite, além de fortalecer o ideário comum em favor ao direito à educação, reconhecermo-nos enquanto sujeitos engajados em uma resistência ativa, que reaviva o interesse coletivo por uma crítica permanente ao projeto hegemônico do capital.

Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília: CNE, 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curricular e Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE, 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Educação Infantil do Campo**. Brasília. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas?id=16219>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Desafios da educação infantil no campo**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/10969-sp-1125861913>>. Acesso em: 25 Abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Portaria no 86 de 1º de Fevereiro de 2013. **Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais**. Brasília/DF: GABINETE DO MINISTRO. Disponível

em:<http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEV_EREIRO_DE_2013.aspx> Acesso em: 16 de jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília/ DF: MEC, Março de 2012. Disponível em <<http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTELLI, C. M.; e BOITO, C. **Educação Infantil do Campo: um breve mapeamento de produções acadêmicas da região Sul do país**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ce/wp-content/uploads/sites/373/2019/06/Carolina-Machado-Castelli-e-Crisliane-Boito.pdf>>. Acesso em: 22 Abr. 2020.

COPPE, M. R.; e KNOPF, J. F. Educação infantil do campo: um estudo no município de Chopinzinho/PR. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 2, p. 453-475, 2016.

COSTA, E. V.; e FEITOSA, D. A. A Educação Infantil no Campo e a valorização da criança enquanto sujeito de direito. **XI ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Bahia. 2019.

FRANCELIN, M. M. Fichamento como método de documentação e estudo. **SILVA, JFM**, 2016.

GONÇALVES, R. D. F. S. Educação infantil do campo: entraves e lacunas nas políticas educacionais brasileiras. **VI COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”**. São Cristovão (SE), v. 20. 2012.

GTI. Grupo de Trabalho Interinstitucional. Educação infantil do campo: proposta para a expansão da política. **Portaria Interministerial**, n. 6, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Brasília, DF: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Brasília, DF: IBGE, 2018.

LIMA, L. P. de; e SILVA, A. P. S. da. Educação infantil no campo: o atendimento em um município de Minas Gerais-Brasil. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 26, n. 2, p. 132-148, 2015.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. **Da Educação Rural à Educação do Campo: conceituação e problematização**. Educere, XIV Congresso Nacional de Educação, ISSN 2176 – 1396, p. 18322-18331, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf> acesso em 14 Jan. 2021.

MONIZ, D. D.; BACHA, F. B. e PINTO, J. M. **Participação Feminina no Mercado de Trabalho**. Rev. Científica Eletrônica UNISEB, Ribeirão Preto, v.6, n.6, p.82-97, jul/dez. 2015.

MOREIRA, E. S.; ROSA, G. M.; e OLIVEIRA, I. F.. Educação infantil no campo e os avanços no aspecto legal: reconhecimento da educação como direito social para as crianças camponesas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 163-183, 2017.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira. **Educação Infantil Métodos**. São Paulo, 2002.

PACHECO, A.; SILVA, C. P. F. da; e PASUCH, J. **A Educação Infantil do Campo na perspectiva da valorização da criança enquanto sujeito do campo**. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/693/o/TR68.pdf>>. Acesso em: 22 Abr. 2020.

PASUCH, J.; e FRANCO, C. P. O Currículo Narrativo na Educação Infantil das crianças do campo: reflexões para um diálogo pedagógico. **Cadernos CEDES**, v. 37, n. 103, p. 377-392, 2017.

PEREIRA, Débora Silva de Castro. **O Ato de aprender e o Sujeito que aprende**. Construção Psicopedagógica, São Paulo - SP, Vol.18, nº 16, p. 112-128, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v18n16/v18n16a10.pdf>> acesso em 15 Jan. 2021

RBEC. Revista Brasileira de Educação do Campo. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/about>>. Acesso em: 08 Jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**. Dez./2018. Disponível em: < <http://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1532.pdf> > acesso em 14 Jan. 2021

SciELO, Brasil. **A Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/?lng=pt#:~:text=SciELO%20%2D%20Scientific%20Electronic%20Library%20Online&text=A%20Scientific%20Electronic%20Library%20Online,selecionada%20de%20peri%C3%B3dicos%20cient%C3%ADficos%20brasileiros.&text=O%20acesso%20aos%20t%C3%ADtulos%20dos,e%20de%20formul%C3%A1rios%20de%20busca.>>. Acesso em: 08 Jul. 2020.

SILVA, C. N. S.; e FRANZONI, S. C. Memórias e atualidades da Educação Infantil no assentamento de Vila Nova, Santa Rosa do Sul, Santa Catarina. **Cadernos CEDES**, v. 37, n. 103, p. 347-360, 2017.

SILVA, I. O. e LUZ, I. R. **Educação Infantil e Famílias Residentes em Áreas Rurais: demandas e concepções em dois municípios do Brasil**. Cad. Cedes, Campinas, v. 37, n. 103, p. 303-318, set.-dez., 2017.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. Revista Educação & Sociedade,

Campinas, vol.29, nº105, p. 1089-1111, set./dez., 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf> > acesso em 14 Jan. 2021

VIEIRA, M. A. F. de O.; e CÔCO, V. Educação infantil do campo e formação de professores. **Cadernos CEDES**, v. 37, n. 103, p. 319-334, 2017.